

Manuel Castells

O PODER DA IDENTIDADE
Volume II

Tradução: Klauss Brandini Gerhardt



PAZ E TERRA

© Manuel Castells
© 1996, The Johns Hopkins University Press
Traduzido do original: *The power of identity*

CIP-Brasil. Catalogação-Na-Fonte

(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)
São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Inclui bibliografia e índice remissivo

c344p

Castells, Manuel, 1942 —
O poder da identidade / Manuel Castells ; tradução Klauss Brandini Gerhardt.
— São Paulo : Paz e Terra, 1999
. — (A era da informação : economia, sociedade e cultura ; v.2)

Tradução de: *The power of identity*
Inclui apêndices e bibliografia
ISBN 85-219-0336-7

1. Governo representativo e representação. 2. Autoritarismo. 3. Democracia.
I. Stepan, Alfred. II.

99-0624

CDD 321.8
CDU 321.7

EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177
01212-010 — São Paulo-SP
Tel.: (011) 223-6522
Fax: (011) 223-6290

1999
Impresso no Brasil / *Printed in Brasil*

Prefácio

por Ruth Correa Leite Cardoso

Vejo este livro como uma grande aventura, e seu autor como um grande desbravador. Levando uma bagagem pesada, com muita sociologia, bastante antropologia e uma visão política clara, Manuel Castells partiu para visitar o mundo. Tal como os viajantes antigos, observou detalhes, interessou-se pelas diferenças e pelas peculiaridades, procurando um fio de meada que pudesse explicar o mundo pós-moderno ou pós-industrial ou qualquer outro nome que se queira dar para as novidades do mundo globalizado. O desafio era compreender a diversidade de manifestações que se repetiam em muitos países sem ser iguais e que nem se sabe se poderiam ser classificadas como da mesma espécie.

O desafio era grande mas agora sabemos, lendo seus livros, que encontrou as pistas que procurava e com elas decifrou o mistério. Sua grande contribuição foi oferecer uma explicação abrangente, instigante, que renova a teoria da mudança social e apresenta uma visão totalizante que engloba as transformações tecnológicas, a cultura e a sociedade.

Para atingir esse objetivo inovou também no campo da metodologia: o estudo de caso, a observação participante e a preocupação com a comparação estavam sempre presentes (como na melhor tradição antropológica), mas sem esquecer que o objetivo era, e é, chegar a uma visão compressiva em que o geral não seja um empobrecimento do específico. A diversidade é desafiante, mas alguns (entre os quais Castells) ainda acreditam que é preciso refletir sobre os contextos novos em que se desenrola a vida social para compreender os mecanismos de mudanças e, partindo dessas situações, buscar um novo quadro teórico para explicá-los.

No volume I desta série, Castells mostrou o efeito das imensas transformações tecnológicas, especialmente na área da comunicação, trazidas pelas últimas décadas. Ainda mantendo seu gosto pelo materialismo, ele parte dessa nova base material para descrever o impacto da informatização sobre as culturas de todo o globo, e apresenta o conceito de *sociedade em rede* que resume as características do mundo contemporâneo globalizado. Sua definição está na introdução do presente volume, onde lemos:

Sumário

Figuras	9
Tabelas	11
Quadros	13
Agradecimentos	15
Introdução: Nosso mundo, nossa vida	17
1. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede	21
A construção da identidade	22
Os paraísos do Senhor: fundamentalismo religioso e identidade cultural	29
<i>Umma</i> versus <i>Jahiliya</i> : o fundamentalismo islâmico	30
Deus me salve! O fundamentalismo cristão norte-americano	37
Nações e nacionalismos na era da globalização: comunidades imaginadas ou imagens comunais?	44
As nações contra o Estado: a dissolução da União Soviética e da Comunidade de Estados Impossíveis (<i>Sojuz Nevozmoznykh Gosudarstv</i>)	49
Nações sem Estado: a <i>Catalunya</i>	60
As nações da era da informação	69
A desagregação étnica: raça, classe e identidade na sociedade em rede	71
Identidades territoriais: a comunidade local	78
Conclusão: as comunas culturais da era da informação	84
2. A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global	93

Globalização, informacionalização e movimentos sociais	93
Os zapatistas do México: o primeiro movimento de guerrilha	
informacional	97
Quem são os zapatistas?	98
A estrutura de valores dos zapatistas: identidade, adversários e objetivos ...	101
A estratégia de comunicação dos zapatistas: a Internet e a mídia	103
A relação contraditória entre movimento social e	
instituição política	106
Às armas contra a nova ordem mundial: a Milícia Norte-Americana e o	
Movimento Patriótico dos anos 90	108
As milícias e os patriotas: uma rede de informações de múltiplos	
temas	112
As bandeiras dos patriotas	118
Quem são os patriotas?	121
As milícias, os patriotas e a sociedade norte-americana dos anos 90	122
Os Lamas do Apocalipse: a Verdade Suprema do Japão	123
Asahara e o surgimento da Verdade Suprema	124
Metodologia e crenças da Verdade Suprema	127
A Verdade Suprema e a sociedade japonesa	128
O significado das insurreições contra a nova ordem global	131
Conclusão: o desafio à globalização	136
3. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista	141
A dissonância criativa do ambientalismo: uma tipologia	143
O significado do “verdejar”: questões societais e o desafio	
dos ecologistas	153
O ambientalismo em ação: fazendo cabeças, domando o capital, cortejando o	
Estado, dançando conforme a mídia	161
Justiça ambiental: a nova fronteira dos ecologistas	165
4. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade	
na era da informação	169
A crise da família patriarcal	173

As mulheres no mercado de trabalho	191
O poder da congregação feminina: o Movimento Feminista	210
Feminismo americano: uma continuidade descontínua	212
O feminismo é global?	220
Feminismo: uma polifonia instigante	229
O poder do amor: movimentos de libertação lésbico e gay	238
Feminismo, lésbico e libertação sexual em Taipé	241
Espaços de liberdade: a comunidade gay de São Francisco	248
Resumo: identidade sexual e a família patriarcal	256
Família, sexualidade e personalidade na crise do patriarcalismo	257
A família que encolheu drasticamente	257
A reprodução da figura materna em relação à não-reprodução do	
patriarcalismo	264
Identidade corporal: a (re)construção da sexualidade	271
Personalidades flexíveis em um mundo pós-patriarcal	275
Será o fim do patriarcalismo?	277
5. Um Estado destituído de poder?	287
A globalização e o Estado	288
O núcleo transnacional das economias nacionais	288
Avaliação estatística da nova crise fiscal do Estado na economia	
global	290
A globalização e o Estado do bem-estar social	296
Redes globais de comunicação, audiências locais, incertezas sobre	
regulamentações	298
Um mundo sem lei?	303
O Estado-Nação na era do multilateralismo	306
O governo global e o super Estado-Nação	311
Identidades, governos locais e a desconstrução do Estado-Nação	315
A identificação do Estado	319
As crises contemporâneas dos Estados-Nação: o Estado mexicano do PRI e o	
governo federal dos EUA nos anos 90	322

NAFTA, Chiapas, Tijuana e os estertores do Estado do PRI	322
O povo contra o Estado: a perda gradativa da legitimidade do governo federal dos EUA	334
Estrutura e processo na crise do Estado	345
Estado, Violência e Vigilância: do “Grande Irmão” às “Irmãzinhas”	348
A crise do Estado-Nação e a teoria do Estado	352
Conclusão: o Rei do Universo, Sun Tzu e a crise da democracia	356
6. A política informacional e a crise da democracia	365
Introdução: a política da sociedade	365
A mídia como espaço para a política na era da informação	369
A mídia e a política: a conexão dos cidadãos	369
A política <i>showbiz</i> e o marketing político: o modelo norte-americano	374
Estará a política européia passando por um processo de “americanização”? ..	381
O populismo eletrônico da Bolívia: <i>compadre</i> Palenque e a chegada do <i>Jach'a Uru</i>	386
A política informacional em ação: a política do escândalo	391
A crise da democracia	401
Conclusão: a reconstrução da democracia?	409
Conclusão: A transformação social na sociedade em rede	417
Apêndice Metodológico	428
Resumo do Índice dos Volumes I e III	461
Bibliografia	463
Índice remissivo	491

Figuras

2.1	Distribuição geográfica dos grupos patriotas nos EUA por número de grupos e campos de treinamento paramilitar nos estados norte-americanos, 1996	114
4.1	Curvas de sobrevivência dos casamentos na Itália, Alemanha Ocidental e Suécia: mães nascidas entre 1934-38 e entre 1949-53 ...	176
4.2	Evolução do número de primeiros casamentos em países da União Européia a partir de 1960	178
4.3	Índices brutos de casamentos em países selecionados	179
4.4	Proporção (%) de mulheres (15 a 34 anos) cujo primeiro filho nasce antes do primeiro casamento, por raça e etnia, nos Estados Unidos, 1960-89	182
4.5	Síntese da taxa de fertilidade em países europeus a partir de 1960	188
4.6	Índice total de fertilidade e número de nascimentos nos Estados Unidos, 1920-90	189
4.7	Aumento dos índices de emprego no setor de serviços e da participação feminina, 1980-90	194
4.8a	Percentual de mulheres na força de trabalho por tipo de função ..	197
4.8b	Famílias nos Estados Unidos em que as esposas participam da força de trabalho, 1960-90	198
4.9	Mulheres com empregos de meio expediente, por tipo de família, em países membros da Comunidade Européia, 1991	209
4.10	Inter-relação dos diferentes aspectos da sexualidade voltada para pessoas do mesmo sexo	242

Manuel Castells

O PODER DA IDENTIDADE
Volume II

Tradução: Klauss Brandini Gerhardt



PAZ E TERRA

8

Matéria:	<i>Sociologia Social</i>	
Professor:	<i>Leda</i>	
Ano:	<i>102</i>	Data: <i>16</i>

O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista

A política verde é um tipo de celebração. Reconhecemos que cada um de nós faz parte dos problemas do mundo, e que também fazemos parte da solução. Os perigos e as perspectivas de cura não estão apenas no meio que nos cerca. Começamos a atuar exatamente onde estamos. Não há necessidade de esperar até que as condições se tornem ideais. Podemos simplificar nossas vidas e viver em harmonia com valores humanos e ecológicos. Haverá melhores condições de vida porque nos permitimos começar... Portanto pode-se dizer que o principal objetivo da política verde é uma revolução interior: “o verdejar do ser”:

Petra Kelly, *Pensando Verde*¹

Se nos propuséssemos a avaliar os movimentos sociais por sua produtividade histórica, a saber, por seu impacto em valores culturais e instituições da sociedade, poderíamos afirmar que o movimento ambientalista do último quarto deste século conquistou posição de destaque no cenário da aventura humana. Nos anos 90, 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideram-se ambientalistas; candidatos e partidos dificilmente conseguem se eleger sem “verdejarem” suas plataformas; tanto os governos como as instituições internacionais incumbem-se de multiplicar programas, órgãos especiais e legislações destinados a proteger a natureza, melhorar a qualidade de vida e, em última análise, salvar o planeta a longo prazo, e nós próprios a curto prazo. Grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados. Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região. Sem sombra de dúvida, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que

seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais. O aquecimento global paira como uma ameaça mortal, as florestas tropicais ainda ardem em chamas, substâncias tóxicas ainda estão nos níveis mais elementares da cadeia alimentar, um mar de miséria absoluta ainda nega o direito à vida e os governos ainda brincam com a saúde das pessoas, como evidenciado com a irritação de Major à doença da vaca louca. Contudo, o fato de que todas essas questões, e muitas outras, estão sendo debatidas pela opinião pública, e de que uma conscientização cada vez maior vem se estabelecendo a partir do caráter global e interdependente de tais questões, acaba lançando as bases para sua abordagem e, talvez, para uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental. O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.²

Parece-me um tanto arbitrário, contudo, falar sobre o movimento ambientalista, tendo em vista a diversidade de sua composição e formas de manifestação em cada país e cultura. Assim, antes de avaliar seu potencial transformador, procurarei estabelecer uma diferenciação tipológica dos vários componentes que integram o ambientalismo, valendo-me de exemplos para cada um dos tipos apresentados, a fim de tornar a discussão mais palpável. Em seguida, procederei a uma argumentação mais abrangente quanto à relação entre os temas abordados pelos ambientalistas e as principais dimensões em que a transformação cultural se processa em nossa sociedade, a saber, os conflitos sobre o papel da ciência e da tecnologia, sobre o controle do tempo e do espaço, e sobre a construção de novas identidades. Concluída a caracterização dos movimentos ambientalistas sob a ótica de sua diversidade social e de sua cultura compartilhada, prosseguirei com a análise dos meios de atuação empregados por tais movimentos em relação à sociedade como um todo, explorando a questão da institucionalização desses movimentos e de seu relacionamento com o Estado. Por fim, serão feitas algumas considerações a respeito do vínculo cada vez maior entre movimentos ambientalistas e lutas sociais, tanto em âmbito local como global, aliado à noção popular amplamente difundida de justiça ambiental.

A dissonância criativa do ambientalismo: uma tipologia

As ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração. Além disso, procurarei demonstrar a existência de alguns temas fundamentais que perpassam a maioria, se não todas as ações coletivas relacionadas à proteção do meio ambiente. Para maior clareza, parece apropriado analisar esse movimento com base em uma distinção e uma tipologia.

A distinção será estabelecida entre ambientalismo e ecologia. Por *ambientalismo*, refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por *ecologia*, do ponto

Tipo (exemplo)	Identidade	Adversário	Objetivo
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não-controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i> , ecofeminismo)	O ser "verde"	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	"Ecotopia"
<i>Save the planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
"Política verde" (<i>Die Grünen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

de vista sociológico, entendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria; contudo, nas páginas a seguir restringirei o uso do termo "ecologia" a manifestações explícitas e conscientes dessa perspectiva holística e evolucionária.

Quanto à tipologia, devo recorrer mais uma vez à caracterização dos movimentos sociais elaborada por Alain Touraine, descrita no capítulo 2, estabelecendo a distinção entre cinco grandes categorias de movimentos ambientalistas, *conforme manifestados por meio de práticas observadas* nas duas últimas décadas, em âmbito internacional. Creio que essa tipologia de ser aplicada de maneira geral, muito embora a maioria dos exemplos tenha sido extraída da Alemanha e da América do Norte, pois aí se encontram os movimentos ambientalistas mais desenvolvidos do mundo, e porque tive maior facilidade de acesso a essas informações. Por favor aceitem minhas desculpas pelas limitações inevitáveis de minha opção, e por todas as tipologias que, espero, sejam compensadas pelos exemplos relacionados aos movimentos atuais que darão vida à esta caracterização um tanto abstrata.

Para nos aventurarmos nessa breve jornada pelo caleidoscópio do ambientalismo sob a ótica das tipologias propostas, julguei conveniente fornecer ao leitor um mapa. O quadro 3.1 cumpre essa função, contudo requer alguns esclarecimentos. Cada um dos tipos apresentados é definido analiticamente por uma combinação específica entre as três características determinantes de um movimento social: *identidade*, *adversário* e *objetivo*. Para cada um desses tipos, identifiquei o conteúdo exato das três características apresentadas, fruto de observação, e com base em diversas fontes, devidamente indicadas. Do mesmo modo, atribuo um nome a cada um dos tipos, fornecendo exemplos de movimentos que melhor se enquadram em cada tipo. Obviamente que em alguns movimentos ou organizações pode haver uma mistura entre essas características, contudo, para fins de análise, selecionei movimentos cujas práticas e discursos parecem estar mais próximos do tipo ideal. Após observar o quadro 3.1, o leitor está convidado a tomar contato com uma descrição bastante sucinta de cada um dos exemplos que ilustram os cinco tipos propostos, de forma que vozes do movimento sejam audíveis e possam ser discernidas em meio a essa dissonância.

A *preservação da natureza*, sob suas mais diversas formas, esteve presente na origem do movimento ambientalista nos Estados Unidos, marcando

presença por intermédio de organizações como o *Sierra Club* (fundado em San Francisco em 1891 por John Muir), a *Audubon Society* (Sociedade Audubon), ou ainda a *Wilderness Society* (Sociedade Amigos da Vida Selvagem).³ No início da década de 80, as principais organizações ambientalistas, tanto as novas como as tradicionais, formaram uma aliança conhecida como o "Grupo dos Dez" que incluía, além das organizações citadas acima, a *National Parks and Conservation Association* (Associação para a Preservação do Meio Ambiente e dos Parques Nacionais), a *National Wildlife Federation* (Fundação Nacional dos Defensores da Vida Selvagem), o *Natural Resources Defense Council* (Conselho de Defesa dos Recursos Naturais), a *Izaak Walton League* (Associação Izaak Walton), os *Defenders of Wildlife* (Defensores da Vida Selvagem), o *Environmental Defense Fund* (Fundo de Defesa Ambiental) e o *Environmental Policy Institute* (Instituto de Política Ambiental). Apesar das diferenças de abordagem e de seu campo de atuação específico, o ponto comum a todas essas organizações e a muitas outras criadas em bases semelhantes é a defesa pragmática das causas voltadas à preservação da natureza mediante o sistema institucional. Nas palavras de Michael McCloskey, presidente do *Sierra Club*, a abordagem desses grupos pode ser caracterizada pela expressão "vamos nos virar": "Seguimos uma tradição montanhesa, segundo a qual primeiramente você resolve escalar a montanha. Você tem uma certa noção da rota, mas os pontos de apoio para a escalada são encontrados ao longo do percurso, e você tem de se adaptar e mudar seus planos constantemente".⁴ A meta a ser atingida na escalada é a preservação da vida selvagem, sob suas mais diversas formas, dentro de parâmetros razoáveis sobre o que pode ser conquistado no atual sistema econômico e institucional. Os adversários encontrados pelo caminho são o desenvolvimento não controlado e os órgãos governamentais ineficientes, como o Departamento Norte-Americano de Beneficiamento de Terras, que não tem tomado as devidas providências para proteger a natureza. Autodefinem-se amantes da natureza, apelando para esse sentimento presente em cada um de nós, independentemente de quaisquer diferenças sociais. Atuam em nome das instituições e por meio delas, formando *lobbies* normalmente com grande habilidade e força política. Contam com grande apoio popular, bem como com doações das elites abastadas e bem-intencionadas e das corporações. Algumas organizações, como, por exemplo, o *Sierra Club*, são de grande porte (cerca de 600 mil membros), e articulam-se em seções locais cujas ações e ideologias variam consideravelmente, nem sempre correspondendo à imagem de "ambientalismo convencional". A maioria das demais organizações, tais como o *Environmental Defense Fund*, mantém-

se engajada na formação de *lobbies* e na análise e difusão de informações. Praticam muitas vezes uma política de coalizões, tendo o cuidado de não se deixar levar por caminhos que os desviem da causa ambientalista e desconfiando de ideologias radicais e ações sensacionalistas que estejam em descompasso com a maioria da opinião pública. Seria um erro, porém, opor os conservacionistas tradicionais aos ambientalistas radicais. Por exemplo, um dos mais famosos líderes do *Sierra Club*, David Brower, tornou-se fonte de inspiração para os ambientalistas radicais. Da mesma forma, Dave Foreman, do movimento ambientalista radical *Earth First!*, foi membro da diretoria do *Sierra Club* em 1996. Há uma certa osmose nas relações entre os conservacionistas e os ecologistas radicais, pois as diferenças ideológicas tendem a ser relevadas em função dos interesses comuns contra a incessante destruição da natureza sob as mais diversas formas. Isso acontece a despeito de calorosas discussões e pontos profundamente conflitantes dentro de um movimento grande e diversificado.

A *mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço*, contrária à introdução de usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempos, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas de degradação ambiental.⁵ Frequentemente rotulada, com certa malícia, *movimento "Não no meu quintal"*, essa organização foi criada nos Estados Unidos no ano de 1978, em princípio sob a forma de um movimento contra substâncias tóxicas, quando do terrível acidente de *Love Canal*, em que toneladas de lixo industrial tóxico foram despejadas nas Cataratas do Niágara, no estado de Nova York. Lois Gibbs, a proprietária que ganhou notoriedade em decorrência da luta pela saúde de seu filho, como também contra a desvalorização de sua casa por causa do despejo de resíduos poluentes na área, acabou fundando, em 1981, a *Citizen's Clearinghouse for Hazardous Wastes*, uma organização de combate ao lixo tóxico. Segundo dados da organização, em 1984 havia 600 grupos locais nos Estados Unidos lutando contra o despejo de lixo tóxico. Em 1988, esse número aumentou para 4.687. Ao longo dos anos, as comunidades mobilizaram-se também contra o grau excessivo de desenvolvimento, a construção de autoestradas e de instalações que processam e manipulam substâncias tóxicas nas proximidades de suas residências. Embora o movimento seja local, não é necessariamente localista, pois muitas vezes assegura aos residentes o direito à qualidade de vida, sendo contrário a interesses burocráticos ou corporativos. Não há dúvida de que a vida em sociedade é feita de concessões entre as

próprias pessoas, no papel de moradores, trabalhadores, consumidores, usuários do transporte urbano e viajantes. O que é questionado por esses movimentos é, de um lado, a tendência de escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixa renda para o despejo de resíduos e a prática de atividades indesejáveis do ponto de vista ambiental, e, de outro, a falta de transparência e de participação no processo decisório sobre a utilização do espaço. Assim, os cidadãos pertencentes a essa organização reivindicam maior democracia local, planejamento urbano responsável e senso de justiça quando da distribuição do ônus gerado pelo desenvolvimento urbano/industrial, ao mesmo tempo evitando a exposição ao lixo tóxico ou instalações que processam e manipulam substâncias dessa natureza. Conforme conclui Epstein em sua análise do movimento:

A reivindicação, por parte do movimento, em defesa da justiça ambiental e contrária a substâncias tóxicas, de um Estado com maior autonomia para estabelecer regulamentações a corporações e que preste contas ao público e não às grandes empresas parece totalmente adequada e, possivelmente, constitui base para uma reivindicação ainda mais importante, de que o poder do Estado sobre as corporações seja reafirmado e expandido, sendo exercido em função do bem-estar social e principalmente do bem-estar dos mais vulneráveis.⁶

Em outros casos, como nos bairros de classe média mais afastados da cidade, as mobilizações organizadas pelos moradores estiveram mais concentradas na manutenção do *status quo* contra o desenvolvimento indesejado. Entretanto, independentemente do elemento de classe aí presente, todas as formas de protesto estavam voltadas ao estabelecimento de controles sobre o meio ambiente em prol da comunidade local e, nesse sentido, as mobilizações defensivas locais certamente constituem um dos principais componentes do movimento ambientalista num contexto mais amplo.

O ambientalismo foi também fonte de inspiração para algumas das contraculturas originadas dos movimentos dos anos 60 e 70. Entendo por contracultura a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas. Algumas das mais poderosas correntes da contracultura em nossas sociedades manifestam-se por meio da obediência, única e exclusivamente, às leis da natureza, afirmando assim a prioridade pelo respeito à natureza acima de qualquer instituição criada pelo homem. Por esse motivo, creio que seja apropriado incorporar à noção de *ambientalismo contracultural* expressões aparentemente tão distintas quanto a dos ambientalistas radicais (tais como

o *Earth First!* ou o *Sea Shepherds*), o movimento de libertação dos animais e o ecofeminismo.⁷ Apesar de sua diversidade e falta de coordenação, a maioria desses movimentos compartilha das idéias dos pensadores da "ecologia profunda", representados, por exemplo, pelo escritor norueguês Arne Naess. De acordo com Arne Naess e George Sessions, os princípios básicos da "ecologia profunda" são os seguintes:

(1) O bem-estar e o desenvolvimento da Vida humana e não-humana na Terra têm valor em si mesmos. Estes valores independem da utilidade do mundo não-humano para servir aos propósitos do homem. (2) A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a percepção desses valores e também constituem valores em si mesmos. (3) Os seres humanos não têm direito de reduzir essa riqueza e diversidade, salvo se o fizerem para satisfazer suas necessidades vitais. (4) O desenvolvimento da vida e cultura humanas é compatível com uma redução substancial da população-humana. O desenvolvimento da vida humana necessita dessa redução. (5) Atualmente o grau de interferência humana no mundo não-humano é excessivo, e essa situação vem se agravando rapidamente. (6) Por essa razão as políticas devem ser modificadas. Tais políticas produzirão efeito nas estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas. As condições resultantes desse processo serão profundamente diferentes das presentes nos dias de hoje. (7) A principal mudança ideológica consiste na valorização da qualidade de vida (moradia em condições de valor inerente) em vez da crença em um padrão de vida cada vez mais elevado. Haverá uma profunda conscientização da diferença entre grande e excelente. (8) Todos aqueles que aderirem aos pontos acima mencionados estarão comprometidos a tentar, direta ou indiretamente, implementar as mudanças necessárias.⁸

Como resposta a tal comprometimento, no final da década de 70 diversos ecologistas radicais liderados por David Foreman, um ex-fuzileiro naval norte-americano transformado em "guerreiro ecológico", fundaram nos estados do Novo México e Arizona o *Earth First!*, um movimento extremista partidário da insubordinação civil e até mesmo de atos de "ecotagem" (sabotagem ecológica) contra construções de barragens, extração de madeira e outras formas de agressão à natureza, o que fez com que seus membros fossem processados e presos. O movimento, juntamente com uma série de outras organizações similares, era completamente descentralizado, formado por "tribos" independentes que costumavam reunir-se periodicamente de acordo com os rituais e o calendário dos índios norte-americanos e tomar suas próprias decisões sobre como agir em defesa dos valores ecológicos. A ecologia profunda serviu de

base ideológica para o movimento, merecendo destaque no *The Earth First! Reader*, uma publicação prefaciada por David Foreman.⁹ Igualmente, senão mais importante, foi o romance escrito por Abbey, *The Monkey Wrench Gang* (A Gangue da Chave Inglesa), uma história sobre um grupo contracultural de "ecoguerrilheiros", que se tornaram modelos de atuação para muitos ecologistas radicais. De fato, a "chave-inglesa" tornou-se sinônimo de "eco-sabotagem". Nos anos 90, o movimento de libertação dos animais, cuja principal causa é a oposição incondicional a experiências que utilizem animais como cobaias, parece ser a ala mais militante do fundamentalismo ecológico.

O ecofeminismo, por sua vez, é claramente distinto das "táticas machistas" de alguns desses movimentos. As ecofeministas defendem o princípio do respeito absoluto pela natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcalismo como do industrialismo. Vêem as mulheres como vítimas da mesma violência patriarcal infligida à natureza. Desse modo, a restauração dos direitos naturais é indissociável da libertação da mulher. Nas palavras de Judith Plant:

Historicamente, as mulheres não exerceram nenhum tipo de poder real no mundo exterior, nem tiveram espaço para a tomada de decisões. A vida intelectual, o cultivo do pensamento, foram campos tradicionalmente inacessíveis às mulheres. Em geral as mulheres têm sido passivas, assim como a natureza. Hoje em dia, porém, a ecologia fala em nome da terra, em nome do "outro", nas relações homem/meio ambiente. E o ecofeminismo, falando em nome do "outro" original, busca atingir as raízes inter-relacionadas de todo o tipo de dominação, bem como procura formas de resistir à mudança.¹⁰

Algumas ecofeministas também foram inspiradas pela polêmica reconstrução histórica de Carolyn Merchant, que remonta a sociedades pré-históricas naturais livres da dominação masculina, uma Idade de Ouro do matriarcado, em que havia harmonia entre a natureza e a cultura e onde homens e mulheres, indistintamente, veneravam a natureza que assumia a forma de deusa.¹¹ Houve também, principalmente durante os anos 70, uma interessante relação entre ambientalismo, feminismo espiritual e neopaganismo, muitas vezes expresso no ecofeminismo e na militância direta e não-agressiva de "bruxas" mediante a prática de feitiçaria.¹²

Assim, por diversas formas, desde táticas de ecoguerrilha até o espiritualismo, passando pela ecologia profunda e o ecofeminismo, os ecologistas radicais estabelecem um elo de ligação entre ação ambiental e revolução cultural, ampliando ainda mais o escopo de um movimento ambientalista abrangente e visando à construção da *ecotopia*.

O *Greenpeace* é a maior organização ambiental do mundo, e provavelmente a principal responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem uso de violência, e orientadas à mídia.¹³ Fundado em Vancouver em 1971, em meio a uma manifestação antinuclear na costa do Alasca, e tendo sua sede posteriormente transferida para Amsterdã, o movimento transformou-se em uma organização transnacional e altamente articulada que, já em 1994, contava 6 milhões de membros no mundo todo e uma receita anual superior a US\$ 100 milhões. Seu perfil altamente distintivo como movimento ambientalista resulta de três componentes principais. Primeiro, uma noção de premência em relação ao iminente desaparecimento da vida no planeta, inspirada por uma lenda dos índios norte-americanos: "Quando a terra cair doente e os animais tiverem desaparecido, surgirá uma tribo de pessoas de todos os credos, raças e culturas que acreditará em ações e não em palavras e devolverá à Terra sua beleza perdida. A tribo será chamada de 'Guerreiros do Arco-Íris'".¹⁴ Segundo, uma atitude inspirada nos *Quakers*, de serem testemunhas dos fatos, tanto como princípio para a ação quanto como estratégia de comunicação. Terceiro, uma atitude pragmática, do tipo empresarial, em grande parte influenciada pelo líder histórico e presidente do conselho administrativo do Greenpeace, David McTaggart, "de fazer as coisas acontecerem". Nessa linha de raciocínio, não há tempo para discussões filosóficas: as principais questões devem ser identificadas pelo uso de informações e técnicas investigativas em todo o planeta; campanhas específicas devem ser organizadas em torno de metas palpáveis, seguidas de ações espetaculares com o objetivo de atrair a atenção da mídia, levando ao conhecimento do grande público uma determinada questão, e forçando empresas, governos e instituições internacionais a tomarem medidas cabíveis ou enfrentarem futura publicidade negativa. O Greenpeace é ao mesmo tempo uma organização altamente centralizada e uma rede mundialmente descentralizada, controlada por um conselho de representantes do país, um pequeno conselho executivo, e responsáveis regionais para a América do Norte, América Latina, Europa e Região do Pacífico. Seus recursos são organizados sob forma de campanhas, sendo cada uma subdividida por tipo de questão ambiental abordada. Em meados da década de 90, as principais campanhas eram as seguintes: substâncias tóxicas, recursos energéticos e atmosfera, questões nucleares e ecologia oceânica/terrestre. Escritórios sediados em 30 países são encarregados da coordenação de campanhas globais, angariando fundos e obtendo apoio em nível local/nacional; contudo, uma vez que as principais questões ambientais são mundiais, a maioria das ações promovidas pelo movimento visa causar um impacto global. O

adversário declarado do Greenpeace é o modelo de desenvolvimento caracterizado pela falta de interesse pelos efeitos sobre a vida no planeta. Assim, o movimento mobiliza-se em torno do princípio da sustentabilidade ambiental como o preceito fundamental ao qual devem estar subordinadas todas as demais políticas e atividades. Dada a importância de sua missão, os "guerreiros do arco-íris" não estão dispostos a participar de discussões com outros grupos ambientais, tampouco embarcar na contracultura, apesar das numerosas variantes atitudinais de seu vasto número de participantes. São decididamente internacionalistas e vêem o Estado-Nação como o maior obstáculo ao controle do desenvolvimento atualmente desenfreado e destrutivo. Travam uma guerra contra um modelo de desenvolvimento eco-suicida, tendo por objetivo conquistar vitórias imediatas em cada uma das frentes de batalha, desde a transformação da indústria de refrigeração alemã em tecnologia "verde", contribuindo para a proteção da camada de ozônio, até a influência na restrição da caça às baleias e a criação de um santuário de baleias na Antártida. Os "guerreiros do arco-íris" atuam nas fronteiras entre a ciência a serviço da vida, a formação de redes globais, a tecnologia da comunicação e a solidariedade entre as gerações.

À primeira vista, a "*política verde*" não parece ser um tipo de movimento *per se*, mas sim uma estratégia específica, isto é, o ingresso no universo da política em prol do ambientalismo. Contudo, um exame mais detalhado do exemplo de maior destaque nesse tipo de política, *Die Grünen*, demonstra com clareza que, originariamente, "os verdes" não se enquadravam nos modelos da política tradicional.¹⁵ O Partido Verde alemão, fundado em 13 de janeiro de 1980 com base em uma coalizão de movimentos populares, a rigor não é um movimento ambientalista, mesmo considerando-se que provavelmente tem sido mais eficaz na propagação da causa ambientalista na Alemanha do que qualquer outro movimento europeu em seu próprio país de origem. A força motriz da formação do partido foram as chamadas Iniciativas do Cidadão do final dos anos 70, organizadas principalmente em torno de mobilizações pela paz e contra as armas nucleares. Essas mobilizações foram responsáveis pela proeza de unir veteranos dos movimentos dos anos 60 e feministas que se descobriram como tais espelhando-se justamente na revolução sexual promovida pelos revolucionários dos anos 60, e também a juventude e a classe média de formação superior preocupada com a questão da paz, da energia nuclear e do meio ambiente (a destruição das florestas, *waldsterben*), as condições atuais do planeta, a liberdade individual e a democracia de base popular.

A criação e a rápida ascensão dos verdes (tendo ingressado pela primeira vez no Parlamento Nacional em 1983) resultaram de circunstâncias bastante

peculiares. Em primeiro lugar, não havia formas de expressão política que dessem voz ativa aos protestos sociais na Alemanha além dos três principais partidos que se haviam alternado no poder, chegando até mesmo a formar uma coalizão nos anos 60: em 1976, mais de 99% dos votos foram destinados aos três partidos (Democrata-Cristão, Social-Democrata e Liberal). Diante desse quadro, havia um potencial "voto insatisfeito", principalmente entre os jovens, aguardando o momento de poder se manifestar. Escândalos financeiros na política (o caso Flick) haviam abalado a reputação de todos os partidos políticos e insinuado sua relação de dependência diante das contribuições da indústria. Além disso, o que os cientistas políticos chamam de "quadro de oportunidade política" apontava para a adoção de uma estratégia que consistia em formar um partido que mantivesse a unidade entre seus eleitores: entre outros fatores, recursos significativos do governo foram destinados ao movimento, e a legislação eleitoral alemã que estabelece um mínimo de 5% do total de votos nacionais para o ingresso no Parlamento acabou reunindo sob uma única bandeira os verdes que, do contrário, permaneceriam fragmentados. A maioria do eleitorado do Partido Verde era formada por jovens, estudantes, professores e membros de outras categorias bastante distintas dos eleitores relacionados à produção industrial, isto é, desempregados (mas sustentados pelo governo) ou funcionários públicos. O programa partidário tratava de temas como ecologia, paz, defesa das liberdades, proteção às minorias e aos imigrantes, feminismo e democracia participativa. Dois terços dos líderes do Partido Verde eram membros ativos de diversos movimentos sociais da década de 80. Na verdade, *Die Grünen* apresentava-se, conforme definido por Petra Kelly, como um "partido antipartido", voltado à "política com base em um novo conceito de poder, um 'contrapoder' que seria natural e comum a todos, compartilhado por todos, e usado por todos para o bem de todos".¹⁶ Assim, os verdes faziam uma espécie de rodízio entre seus representantes eleitos, tomando a maioria das decisões em assembleias, seguindo a tradição anarquista que inspirava os verdes mais do que eles próprios seriam capazes de admitir. De maneira geral, as provas de fogo impostas pela *Realpolitik* puseram abaixo essas experiências após alguns anos, principalmente após o fiasco nas urnas durante as eleições de 1990 causado pela total incompreensão por parte dos verdes da importância da reunificação alemã, dentro de uma atitude coerente com a oposição do partido ao nacionalismo. O conflito latente entre os *realos* (líderes pragmáticos que tentavam difundir as idéias do partido por meio de instituições) e os *fundis* (fiéis aos princípios básicos da democracia popular e da ecologia) eclodiu em 1991, resultando em uma aliança entre centristas e

pragmáticos que assumiu o controle do partido. Reestruturado e com uma nova orientação, o Partido Verde alemão recuperou o fôlego em 1990, ingressou novamente no Parlamento e conquistou importantes postos nos governos regionais e locais, particularmente em Berlim, Frankfurt, Bremen e Hamburgo, por vezes governando por intermédio de alianças com os social-democratas. Contudo, não era mais o mesmo partido, isto é, havia-se transformado efetivamente em um partido político. Além disso, o partido não mais detinha o monopólio de defensor da causa ambiental, pois os social-democratas, e até mesmo os liberais, passaram a ser bem mais receptivos às novas idéias apresentadas pelos movimentos sociais. Isso sem mencionar o fato de que a Alemanha dos anos 90 era um país bem diferente: não havia mais o perigo de guerra, mas sim o da decadência econômica. O desemprego em massa dos jovens, aliado à retração do Estado do bem-estar social, tornaram-se questões mais graves do que a revolução cultural para os eleitores verdes "de tons políticos indefinidos". O assassinato de Petra Kelly em 1992, provavelmente perpetrado por seu companheiro, que em seguida cometeu suicídio, tocou em um ponto bastante crítico, questionando os limites da fuga da sociedade na vida cotidiana que ao mesmo tempo mantivesse intactas as estruturas econômicas, políticas e psicológicas básicas. Contudo, mediante a "política verde", *Die Grünen* consolidou-se como a esquerda coerente da Alemanha do *fin de siècle*, e a geração rebelde dos anos 70 conseguiu preservar a maioria de seus valores à medida que envelhecia, transmitindo-os aos filhos pela maneira de viverem as próprias vidas. Assim, a partir da experiência verde, surgiu uma Alemanha bastante diferente, tanto do ponto de vista cultural quanto político. A impossibilidade, porém, de integrar partido e movimento sem provocar o aparecimento do totalitarismo (leninismo) ou do reformismo, em detrimento do próprio movimento (democracia social), teve mais uma confirmação histórica de que realmente esta é a lei de ferro da transformação social.

O significado do "verdejar": questões sociais e o desafio dos ecologistas

A preservação da natureza, a busca de qualidade ambiental e uma perspectiva de vida ecológica são idéias do século XIX que, em termos de manifestação, mantiveram-se por muito tempo restritas às elites ilustradas dos países dominantes.¹⁷ Em muitos casos tais elites eram formadas por remanescentes de uma aristocracia esmagada pela industrialização, como se pode observar

nas origens da *Audubon Society* nos Estados Unidos. Em outros, um elemento comunal e utópico era o núcleo de ecologistas políticos considerados precoces do ponto de vista histórico, como Kropotkin, responsável por tornar ecologia e anarquia definitivamente indissociáveis, em uma tradição representada nos dias de hoje por Murray Bookchin. Contudo, em todos esses casos, e por mais de um século, essas idéias perduraram como tendência intelectual bastante restrita, incumbindo-se primordialmente da tarefa de despertar a consciência de indivíduos poderosos, que acabariam promovendo a criação de uma legislação conservacionista ou doando suas fortunas em prol da causa da natureza. Mesmo quando se forjavam alianças sociais (como, por exemplo, entre Robert Marshall e Catherine Bauer nos Estados Unidos dos anos 30), seus resultados políticos eram atrelados de tal forma que os interesses econômicos e de bem-estar social eram colocados em primeiro plano.¹⁸ Embora houvesse pioneiros de grande coragem e influência, como Alice Hamilton e Rachel Carson nos Estados Unidos, foi somente no final dos anos 60 que, nos Estados Unidos, Alemanha e Europa Ocidental surgiu um movimento ambientalista de massas, entre as classes populares e com base na opinião pública, que então se espalhou rapidamente para os quatro cantos do mundo. Por que isso aconteceu? Por que as idéias ecológicas repentinamente se alastraram como fogo nas pradarias ressequidas da insensatez do planeta? Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia. Na verdade, todos esses temas podem ser encontrados no universo caótico do ambientalismo e, ao mesmo tempo, nenhum deles pode ser claramente discernível em casos específicos. Contudo, sustento que há um discurso ecológico implícito e coerente que perpassa uma série de orientações políticas e origens sociais inseridas no movimento, e que fornece a estrutura sobre a qual diferentes temas são discutidos em momentos distintos e com propósitos diversos.¹⁹ Naturalmente existem graves conflitos e enormes desavenças entre os componentes do movimento ambientalista. Entretanto, tais desavenças ocorrem com maior frequência em relação à definição de táticas, prioridades e tipo de linguagem do que propriamente quanto à idéia básica de associar a defesa de ambientes específicos a novos valores humanos. Embora correndo o risco de uma simplificação excessiva, farei uma síntese

das principais linhas de discurso presentes no movimento ambientalista em torno de quatro temas principais.

Primeiro, *uma relação estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência e a tecnologia*. Nas palavras de Bramwell: "o desenvolvimento de idéias 'verdes' nasceu da revolta da ciência contra a própria ciência que aconteceu por volta do final do século XIX na Europa e América do Norte".²⁰ Essa revolta foi se intensificando e passou a ser amplamente difundida na década de 70, concomitantemente à revolução da tecnologia da informação e ao desenvolvimento extraordinário do conhecimento biológico viabilizado pelos modelos gerados por programas de computação gráfica que se sucederam. De fato, a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental, embora contraditório, no movimento ambientalista. Por um lado, há uma profunda descrença nos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada, levando, em alguns casos extremos, ao surgimento de ideologias neoluddistas, como a representada por Kirkpatrick Sale. Por outro, o movimento deposita muita confiança na coleta, análise, interpretação e divulgação de informações científicas sobre a interação entre artefatos produzidos pelo homem e o meio ambiente, por vezes com um alto grau de sofisticação. Algumas das principais organizações ambientalistas normalmente contam com cientistas em seus quadros, e na maioria dos países há um vínculo bastante forte entre cientistas, acadêmicos e ativistas ambientais.

Segundo, *o ambientalismo é um movimento com base na ciência*. Por vezes essa é a ciência ruim, fingindo saber o que acontece com a natureza e com os seres humanos e revelando a verdade oculta sob os interesses do industrialismo, capitalismo, tecnocracia e burocracia. Embora critiquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente à esta em nome da vida. O princípio defendido não é a negação do conhecimento, mas sim o conhecimento superior: a sabedoria de uma visão holística, capaz de ir além de abordagens e estratégias de visão restritas, direcionadas à mera satisfação de necessidades básicas. Nesse sentido, o ambientalismo tem por objetivo reassumir o controle social sobre os produtos da mente humana antes que a ciência e a tecnologia adquiram vida própria, com as máquinas finalmente impondo sua vontade sobre nós e sobre a natureza: um temor ancestral da humanidade.

Terceiro, *os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica das duas expressões fundamentais e materiais da sociedade: o tempo e o espaço*. Com efeito, o controle sobre o espaço e a ênfase na localidade é outro tema recorrente dos vários componentes do mo-

vimento ambientalista. No capítulo 6 do volume I, sugeri a idéia de uma oposição fundamental que surge na sociedade em rede entre duas lógicas espaciais, a do espaço de fluxos e do espaço de lugares. O espaço de fluxos organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações. O espaço de lugares privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física. O traço distintivo da nova estrutura social, a sociedade em rede, é que a maioria dos processos dominantes, concentrando poder, riqueza e informação, é articulada no espaço de lugares. A maior parte da experiência e dos significados humanos, contudo, concentra-se ainda no espaço de locais. A disjunção entre as duas lógicas espaciais consiste em um mecanismo básico de dominação em nossas sociedades, pois desloca os principais processos econômicos, simbólicos e políticos da esfera em que o significado social pode ser construído e o controle político encontra meios de ser exercido. Assim, a ênfase dada pelos ecologistas à localidade e ao controle praticado pelas pessoas sobre seus próprios espaços de existência constitui um desafio aos mecanismos básicos do novo sistema de poder. Mesmo nos casos em que as manifestações são mais defensivas, como nas lutas rotuladas de "Não no meu quintal", o estabelecimento da prevalência do modo de vida local sobre os usos de um determinado espaço por "interesses externos", como é o caso de empresas que procuram um local para depositar seu lixo tóxico ou aeroportos que queiram ampliar suas instalações, encerra o sentido mais profundo da negação da predominância abstrata dos interesses técnicos e econômicos sobre experiências reais, de uso real, por pessoas reais. O localismo ambiental contesta justamente a perda da relação entre essas diferentes funções ou interesses, submetidas ao princípio de uma representação mediada pela racionalidade técnica e abstrata exercida por interesses comerciais desenfreados e tecnocracias sem qualquer tipo de compromisso ou responsabilidade. Assim, a lógica desse argumento pode ser traduzida pelo desejo de um governo de menor porte, que privilegie a comunidade local e a participação do cidadão: *a democracia de bases populares é o modelo político implícito na maioria dos movimentos ecológicos*. Em alternativas mais complexas, o controle sobre o espaço, a afirmação do local como fonte de significado e a primazia do governo local são elementos vinculados aos ideais de autogestão da tradição anarquista, inclusive a produção em pequena escala e a ênfase na auto-suficiência, que leva a uma austeridade assumida, à crítica ao consumismo e à substituição do valor de troca do dinheiro pelo valor de uso da vida. Obviamente que pessoas que protestam contra o depósito de lixo tóxico nos arredores de suas casas não são anarquistas, e

muito poucas estariam realmente prontas para transformar o teor e a natureza de suas vidas. Contudo, a lógica interna do argumento, a relação entre a defesa do próprio local contra os imperativos do espaço de fluxos e o fortalecimento das bases político-econômicas da localidade, permitem a identificação imediata de algumas dessas relações na consciência pública na ocorrência de um evento simbólico (como, por exemplo, a construção de uma usina nuclear). Desse modo, estão estabelecidas as condições para a convergência entre os problemas do cotidiano e os projetos de sociedade alternativa: é disso que são feitos os movimentos sociais.

Quarto, da mesma forma que o espaço, *o controle sobre o tempo está em jogo na sociedade em rede, e o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária*. Essa questão é tão importante quanto complexa, o que requer uma análise gradual e cuidadosa. No capítulo 7 do volume I, propus uma distinção (com base nos debates mais recentes nas áreas da sociologia e da história, bem como nas filosofias de tempo e espaço de Leibniz e Innis) entre três formas de temporalidade: o tempo cronológico, o tempo intemporal e o tempo glacial. O *tempo cronológico*, característico do industrialismo, tanto no caso do capitalismo como do estatismo, foi/é caracterizado pela seqüência cronológica de eventos e pela disciplina do comportamento humano em função de um cronograma predeterminado que gera poucas experiências externas aos padrões de medida institucionalizados. O *tempo intemporal*, característico de processos dominantes em nossas sociedades, ocorre quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto. Essa perturbação pode tomar a forma de concentração da ocorrência dos fenômenos, voltados à instantaneidade (como, por exemplo, as "guerras instantâneas" ou transações financeiras em décimos de segundo), ou ainda introduzir uma descontinuidade aleatória nessa seqüência (como é o caso do hipertexto na comunicação da mídia eletrônica integrada). A eliminação da continuidade das seqüências dá origem a um *timing* não diferenciado, destruindo assim o conceito de tempo. Em nossas sociedades, a maioria dos processos básicos dominantes é estruturada no tempo intemporal, muito embora a maioria das pessoas seja dominada pelo tempo cronológico.

Existe ainda uma terceira forma de tempo, concebido e proposto na prática social: o *tempo glacial*. Na formulação original de Lash e Urry, a noção de tempo glacial implica que "a relação entre o homem e a natureza é um processo evolucionário e de longo prazo. Tal relação se projeta para trás na história

imediate da humanidade e para a frente em direção a um futuro totalmente não especificado".²¹ Desenvolvendo um pouco mais esse conceito, proponho a idéia de que o movimento ambientalista caracteriza-se justamente pelo projeto de introdução de uma perspectiva de "tempo glacial" em nossa temporalidade, nos planos da consciência individual e da política. O pensamento ecológico observa a interação entre todas as formas de matéria em uma perspectiva evolucionária. A idéia de utilizar única e exclusivamente recursos renováveis, crucial para o ambientalismo, está justificada precisamente pela noção de que qualquer alteração nos mecanismos básicos do planeta, e do universo, poderá, *ao longo do tempo*, desfazer um delicado equilíbrio ecológico, trazendo consequências desastrosas. A noção holística de integração entre seres humanos e natureza, conforme sustentada pelos defensores da "ecologia profunda", não está se referindo a uma ingênua veneração de paisagens naturais intocadas, mas sim ao princípio fundamental de que a unidade de experiência mais relevante não é o indivíduo ou, ainda nesse sentido, comunidades de seres humanos consideradas a partir de uma perspectiva histórica. Para nos integrarmos ao nosso eu cosmológico precisamos primeiramente transformar nossa própria noção de tempo, sentir o "tempo glacial" passando por nossas vidas, a energia das estrelas fluindo em nossas veias, perceber os rios de nossos pensamentos desembocando em um fluxo contínuo nos oceanos ilimitados da matéria viva multiforme. Em termos bem objetivos e pessoais, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, e dos filhos dos filhos de nossos filhos. Portanto, o modo de administrarmos nossas vidas e instituições em função deles, tanto quanto em nossa própria causa, não é um culto à Nova Era, mas sim uma velha e conhecida forma de cuidar de nossos descendentes, feitos de nossa própria carne e nosso próprio sangue. A proposta do desenvolvimento sustentável como forma de solidariedade entre gerações reúne um egoísmo saudável e um pensamento sistêmico dentro de uma perspectiva evolucionária. O movimento antinuclear, uma das mais poderosas vertentes do movimento ambientalista, fundamenta sua crítica radical à energia nuclear nos efeitos de longo prazo do lixo radioativo, bem como nos problemas de segurança mais imediatos, construindo assim uma ponte para a segurança de nossas gerações daqui a milhares de anos. De certo modo, o interesse na preservação das culturas autóctones e no respeito a elas estende-se até o passado, compreendendo todas as formas de existência humana de diferentes épocas e afirmando que nós somos eles e eles somos nós. A causa implícita dos defensores do movimento ambientalista, e explícita dos pensadores da ecologia profunda e do ecofeminismo, é essa *unidade das*

*espécies, seguida da unidade da matéria como um todo, e de sua evolução espaço-temporal.*²² A expressão material que reúne diferentes reivindicações e temas do ambientalismo é justamente sua temporalidade alternativa, exigindo das instituições da sociedade uma postura que assuma como premissa o ritmo lento da evolução de nossas espécies em seu meio ambiente, em um processo ininterrupto vivenciado por nosso ser cosmológico, uma vez que o universo continua se expandindo desde o momento/local de seu princípio compartilhado. Além das fronteiras limitadas pelo tempo cronológico subjugado, ainda vivido pela maior parte dos habitantes do mundo, o embate histórico pela nova temporalidade ocorre entre a aniquilação do conceito de tempo nos fluxos recorrentes das redes de computadores, e a realização do tempo glacial mediante a incorporação consciente do nosso eu cosmológico.

Por meio dessas lutas fundamentais sobre a apropriação da ciência, do tempo e do espaço, os ecologistas inspiram a *criação de uma nova identidade*, uma identidade biológica, *uma cultura da espécie humana como componente da natureza*. Essa identidade sociobiológica não implica a negação das culturas históricas. Os ecologistas têm profundo respeito pelas culturas populares e grande apreço pela autenticidade cultural de diversas tradições. Contudo, seu adversário declarado é o nacionalismo do Estado. Isso porque o Estado-Nação, por definição, tende a exercer poder sobre um determinado território. Desse modo, rompe a unidade da espécie humana, bem como a inter-relação entre os territórios, comprometendo a noção de um ecossistema global compartilhado. Nas palavras de David McTaggart, líder histórico do Greenpeace International: "A maior ameaça que temos de combater é o nacionalismo. No próximo século vamos enfrentar questões que não podem ser abordadas simplesmente no âmbito nacional. Temos tentado trabalhar no sentido de uma ação internacional conjunta, apesar de séculos de preconceito nacionalista".²³ Embora a aparente contradição, os ecologistas são, ao mesmo tempo, localistas e globalistas: globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, localistas em termos de defesa do espaço. O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local.

Essa *nova identidade como espécie*, quer dizer, essa identidade sociobiológica, pode ser facilmente superposta a tradições históricas e multifacetadas, idiomas e símbolos culturais, mas dificilmente poderá coexistir com a identidade do estado nacionalista. Assim, de certa forma, o ambientalismo suplanta a oposição entre a cultura da virtualidade real, subjacente aos fluxos globais de riqueza e poder, e a manifestação das identidades culturais ou religiosas

fundamentalistas. Trata-se da única identidade global proposta a todos os seres humanos, independentemente de seus vínculos sociais históricos ou de gênero, ou de seu credo religioso. Contudo, uma vez que a maioria das pessoas não vive no plano cosmológico, e a aceitação de nossa natureza compartilhada com a dos mosquitos ainda impõe certos problemas táticos, a questão decisiva para a influência da nova cultura ecológica consiste em sua capacidade de unir os traços de culturas distintas em um hipertexto humano, constituído de diversidade histórica e comunalidade biológica. Chamo-a de *cultura verde* (por que motivo cunhar outro termo quando milhões de pessoas já atribuem esse nome ao fenômeno), definindo-a nos termos de Petra Kelly: "Devemos aprender a pensar e a agir com nossos corações, a reconhecer o vínculo existente entre todas as criaturas vivas e a respeitar o valor de cada um dos fios da vasta teia da vida. Esta é uma perspectiva espiritual e o princípio básico de toda a política verde... A política verde exige que tenhamos, a um só tempo, ternura e subversão".²⁴ A ternura da subversão, a subversão da ternura: estamos muito distantes da perspectiva instrumentalista que predominou durante a era industrial, tanto no capitalismo quanto no estatismo. E estamos em confronto direto com a dissolução do significado nos fluxos do poder sem rosto que constituem a sociedade em rede. A cultura verde, na forma proposta por um movimento ambientalista multifacetado, é o antídoto à cultura da virtualidade real que caracteriza os processos dominantes de nossas sociedades.

Assim, temos a ciência da vida contra a vida dominada pela ciência; o controle local sobre o espaço contra um espaço de fluxos incontrolável; a realização do tempo glacial contra a destruição do conceito de tempo e a escravidão ao tempo cronológico; a cultura verde contra a virtualidade real. São esses os principais desafios do movimento ambientalista às estruturas dominantes da sociedade em rede. E é por isso que o movimento aborda questões que as pessoas percebem vagamente como os elementos de que são feitas suas novas existências. Permanece a idéia de que, entre este "intenso fogo verde" e os valores mais caros às pessoas, as estruturas da sociedade mantêm-se em suas bases, forçando os ambientalistas a uma longa marcha pelas instituições das quais, a exemplo do que ocorre com qualquer movimento social, jamais sairão totalmente ilesos.

O ambientalismo em ação: fazendo cabeças, domando o capital, cortejando o Estado, dançando conforme a mídia

Boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico.²⁵ Embora boa parte do movimento dependa de organizações de base, suas ações ocorrem em razão de eventos que sejam apropriados para a divulgação na mídia. Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas. A ação voltada à mídia torna-se evidente nos casos de movimentos ambientalistas globais como o Greenpeace, cuja lógica está totalmente orientada à criação de eventos que mobilizem a opinião pública em torno de questões específicas no intuito de exercer pressão sobre o poder instituído, seja ele qual for. Contudo, a ação do movimento também é o cotidiano das lutas ambientalistas em nível local. Noticiários de TV, rádio e jornais locais são o instrumento de divulgação dos ambientalistas, a ponto de existirem reclamações por parte dos políticos e das grandes corporações de que é a mídia, e não os ambientalistas, a grande responsável pela mobilização em torno da questão do meio ambiente. A relação de simbiose entre a mídia e o ambientalismo tem sua origem em diversas fontes. Em primeiro lugar, a tática de ação direta sem uso de violência que caracterizou o movimento desde a década de 70 forneceu bom material para reportagem, principalmente considerando-se que os noticiários sempre exigem imagens novas. Muitos ativistas ambientais fizeram uso bastante criativo da tradicional tática anarquista francesa de *l'action exemplaire*, um ato especular que arrebatava as mentes das pessoas, provoca discussões e fomenta a mobilização. O auto-sacrifício, como detenções prolongadas e prisões, viagens pelo oceano arriscando as próprias vidas, uso dos próprios corpos, abraçando-se a árvores e impedindo assim o andamento de obras que agridas a natureza, a interrupção de cerimônias oficiais e muitas outras ações diretas, juntamente com a autocontenção e a não-violência manifesta, atribuíram ao movimento uma atitude de vigilância capaz de restaurar a confiança e dar novo ânimo a valores éticos em tempos de cinismo generalizado. Em segundo lugar, a legitimidade das questões levantadas pelos ambientalistas, diretamente relacionadas a valores humanistas apreciados pela maioria das pessoas, e

muitas vezes distantes da política partidária, abriu caminho para que a mídia assumisse o papel de voz do povo, contribuindo para que sua própria legitimidade se firmasse e fazendo com que os jornalistas se sentissem bem ao divulgar o assunto. Além disso, nos noticiários locais, reportagens sobre substâncias prejudiciais à saúde ou o efeito do comprometimento do meio ambiente sobre as vidas das pessoas trazem para dentro de casa problemas sistêmicos de um modo muito mais ostensivo do que qualquer tipo de discurso tradicional. Não raro, os próprios ambientalistas alimentam a mídia com imagens preciosas que dizem bem mais do que uma enorme reportagem. Assim, os grupos ambientalistas norte-americanos distribuíram câmeras de vídeo a grupos de todo o mundo, desde Connecticut até a Amazônia, para que fossem registradas violações explícitas das leis ambientais, utilizando a infra-estrutura tecnológica do grupo para editar e difundir imagens incriminatórias.

Os ambientalistas também estão presentes na vanguarda das novas tecnologias de comunicação, utilizando-as como ferramentas de organização e mobilização, principalmente pela Internet.²⁶ Por exemplo, uma coalizão de grupos ambientais nos Estados Unidos, Canadá e Chile, formada a partir dos *Friends of the Earth*, *Sierra Club*, *Greenpeace*, *Defenders of Wildlife*, *The Canadian Environment Law Association* e muitos outros, mobilizou-se contra a aprovação da Associação Norte-Americana de Livre Comércio (NAFTA) por causa da insuficiência de dispositivos legais de proteção ambiental no acordo. Eles usaram a Internet para coordenar ações e trocar informações, construindo uma rede permanente que passou a traçar as linhas de batalha da ação ambiental transnacional nas Américas na década de 90. Os *sites* da World Wide Web estão se tornando pontos de encontro para os ambientalistas em todo o mundo, como no caso dos *sites* criados em 1996 por organizações como o *Conservation International* e a *Rainforest Action Network* em defesa da causa dos povos indígenas nas florestas tropicais. A *Food First*, uma organização baseada na Califórnia, conectou-se a uma rede de grupos ambientalistas sediados em países em desenvolvimento, para discutir a relação entre as questões ambientais e a miséria. Assim, por meio da Internet, teve condições de coordenar suas ações com a *Global South*, uma organização sediada na Tailândia que fornece informações a partir da perspectiva ambiental da Ásia recém-industrializada. Mediante o acesso a essas redes, grupos locais em todo o mundo passaram a ter condições de agir de forma global, exatamente no mesmo nível em que surgem os principais problemas relativos ao meio ambiente. Parece que está surgindo uma elite com profundos conhecimentos de informática como o centro global coordenador dos grupos locais de ação ambientalista em todo o

mundo, um fenômeno não inteiramente distinto do papel desempenhado pelos primeiros editores e jornalistas nos primórdios do movimento trabalhista, que faziam uso das informações às quais tinham acesso para orientar as massas não alfabetizadas que formavam a classe operária das primeiras décadas da industrialização.

O ambientalismo não pode ser considerado meramente um movimento de conscientização. Desde o início, procurou exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos. Na verdade, as principais organizações ambientalistas (tais como as integrantes do Grupo dos Dez nos Estados Unidos) concentram seus esforços na formação de *lobbies* para obter conquistas na legislação, e no apoio ou oposição a candidatos a cargos eletivos com base em sua postura política em relação a determinadas questões. Mesmo as organizações não tradicionais orientadas à ação, como o Greenpeace, têm dado atenção cada vez maior à pressão sobre os governos e instituições internacionais para obter a aprovação de leis, decisões favoráveis e implantação das decisões tomadas acerca de questões específicas. Do mesmo modo, em níveis local e regional, os ambientalistas organizaram campanhas em defesa de novas formas de planejamento urbano e regional, medidas de saúde pública e controle sobre o desenvolvimento desenfreado. É esse pragmatismo, essa atitude que procura dar ênfase à resolução de questões, que vem proporcionando ao ambientalismo uma vantagem em relação à política internacional: as pessoas percebem que são capazes de exercer influência sobre decisões importantes aqui e agora, sem que para isso seja necessário qualquer tipo de mediação ou postergação. Não há distinção entre os fins e os meios.

Em alguns países, principalmente na Europa, os ambientalistas entraram na disputa por cargos políticos, tendo logrado algum sucesso.²⁷ Os fatos demonstram que os partidos verdes têm um desempenho bem melhor nas eleições locais, em que ainda existe um vínculo direto entre o movimento e seus representantes políticos. Obtêm resultados bastante positivos em eleições internacionais, como, por exemplo, nas eleições para o Parlamento Europeu, devido ao fato de que, por ser uma instituição que detém um poder meramente simbólico, acaba conquistando a simpatia dos cidadãos que se sentem bem em ver seus princípios representados, praticamente sem perda de influência nos processos decisórios. No âmbito da política nacional, os cientistas políticos têm demonstrado que as chances de vitória dos partidos verdes são menos afetadas pelos conceitos ambientalistas das pessoas do que por estruturas institucionais específicas que determinam as oportunidades de disputa política.²⁸ Em suma, quanto maior a acessibilidade de temas relacionados ao meio

ambiente e/ou de votos de protesto aos principais partidos políticos, menores as possibilidades de vitória dos verdes; e, quanto maiores as chances de uma votação simbólica, sem maiores conseqüências para os cargos executivos em que o poder é exercido de fato, melhor o desempenho dos candidatos verdes. Na realidade, parece que a Alemanha foi a exceção, e não a regra, no desenvolvimento da política verde, conforme discutido anteriormente. É bem provável que haja uma tendência mundial de "verdeamento" da política como um todo, embora em um tom bem pouco acentuado, assim como de uma autonomia sustentada do movimento ambientalista. Quanto ao movimento propriamente dito, sua relação com a política tem incorporado cada vez mais as práticas de *lobby*, a organização de campanhas com objetivos específicos a favor ou contra determinados candidatos, e a influência sobre os eleitores mediante mobilizações em torno de questões ambientais. Lançando mão de todas essas táticas, o ambientalismo vem se tornando uma das mais importantes forças da opinião pública, exigindo reconhecimento pelos partidos e candidatos de diversos países. Por outro lado, a maioria das organizações ambientais vem se institucionalizando, isto é, tem concordado com a necessidade de atuar estando inseridas na estrutura das instituições já estabelecidas e de acordo com as normas de produção e de uma economia de mercado globais. Assim, ações conjuntas com empresas de grande porte têm sido regra e não exceção. Muitas vezes essas empresas financiam uma série de atividades ambientalistas, tornando-se extremamente conscientes da importância da defesa das questões ambientais, a ponto de transformar temas relacionados ao meio ambiente nas principais imagens veiculadas em sua propaganda e informes publicitários. Entretanto, nem tudo é manipulação. Empresas em todo o mundo também têm sido influenciadas pelo ambientalismo, buscando adaptar seus produtos e processos às novas leis, preferências e valores, obviamente visando ao lucro a partir dessas ações. Em decorrência do fato de as verdadeiras unidades de produção em nossa economia terem deixado de ser empresas individuais para transformar-se em redes transnacionais constituídas de vários componentes (ver volume I, capítulo 3), a transgressão das leis ambientais tem ocorrido de forma mais descentralizada em empresas de pequeno porte e nos países recém-industrializados, alterando assim a geografia e a topologia da ação ambientalista no futuro próximo.

Com o aumento extraordinário da consciência, influência e organização ambientalista, o movimento tornou-se, sobretudo, cada vez mais diversificado, tanto do ponto de vista social quanto temático, chegando às mesas de reuniões das grandes empresas, aos recônditos da contracultura e às prefeituras e assem-

bléias legislativas. Ao longo desse processo, os temas têm sofrido distorções, sendo às vezes submetidos a manipulações. Contudo, essa é a marca de qualquer movimento social relevante. Sem sombra de dúvida, o ambientalismo é um dos mais importantes movimentos sociais de nosso tempo, porquanto compreende uma série de causas sociais sob a égide da justiça ambiental.

Justiça ambiental: a nova fronteira dos ecologistas

Desde a década de 60, o ambientalismo não tem-se dedicado exclusivamente à observação dos pássaros, proteção das florestas e despoluição do ar. Campanhas contra o despejo de lixo tóxico, em defesa de direitos dos consumidores, protestos antinucleares, pacifismo, feminismo e uma série de outras causas foram incorporadas à proteção da natureza, situando o movimento em um cenário bastante amplo de direitos e reivindicações. Mesmo as tendências da contracultura, como a meditação da Nova Era e o neopaganismo, acabaram se amalgamando a outros componentes do movimento ambientalista dos anos 70 e 80.

Nos anos 90, embora algumas questões de grande relevância, tais como os protestos antinucleares e pela paz, tenham sido relegadas a segundo plano, parte em razão do sucesso dos protestos, parte em função do fim da Guerra Fria, uma série de questões sociais passou a integrar um movimento cada vez mais diversificado.²⁹ As comunidades de baixa renda e as minorias étnicas mobilizaram-se contra o fato de serem escolhidas como alvo de discriminação ambiental, submetidas com maior frequência que a população como um todo à exposição a substâncias tóxicas, à poluição, a materiais prejudiciais à saúde e à degradação ambiental de seu espaço. Os trabalhadores rebelaram-se contra as causas dos acidentes no trabalho desde o envenenamento por substâncias químicas até os males ocasionados pelo trabalho de digitação no computador. Grupos formados por mulheres têm demonstrado que, muitas vezes na condição de administradoras da vida familiar do dia-a-dia, são as vítimas mais diretas das conseqüências da poluição, da deterioração dos serviços públicos e do desenvolvimento desenfreado. A falta de moradia é uma das principais causas da queda da qualidade de vida urbana. Além disso, em todo o mundo, a miséria pode ser apontada como uma das maiores causas de degradação ambiental, desde a queima das florestas à poluição dos rios, lagos e oceanos, passando por epidemias generalizadas. Sem dúvida, em muitos países em processo de industrialização, principalmente na América Latina, grupos ambientalistas têm-se multiplicado, aliando-se a grupos de direitos humanos, de mulheres e a

organizações não-governamentais, resultando em poderosas coalizões que suplantam a política institucional, sem contudo ignorá-la.³⁰

Portanto, o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, vem conquistando gradativamente as mentes e as políticas, à medida que o movimento ambientalista ingressa em um novo estágio de desenvolvimento.

À primeira vista, tem-se a impressão de estarmos diante de táticas oportunistas. Dada a experiência bem-sucedida e a legitimidade do rótulo ambientalista, causas menos populares imbuem-se de novas ideologias para ganhar apoio e atrair atenções. Alguns dos agrupamentos da ala mais conservadora do movimento ambientalista têm agido com extrema cautela em relação a uma linha de ação demasiado ampla, que pode ser capaz de desviar o movimento de seu enfoque original. Os sindicatos trabalhistas, por exemplo, vêm lutando por leis de saúde no trabalho desde o início da industrialização, e a miséria é, e foi, uma das questões mais importantes por sua própria natureza, sem que fosse necessário tingir de verde seu tom já sombrio. Contudo, o que vem ocorrendo com o ambientalismo vai além da questão estratégica. O enfoque ecológico à vida, à economia e às instituições da sociedade enfatiza o caráter holístico de todas as formas de matéria, bem como de todo processamento de informações. Nesse sentido, quanto mais adquirimos conhecimento, tanto mais percebemos as potencialidades de nossa tecnologia, bem como o abismo gigantesco e perigoso entre nossa capacidade de produção cada vez maior e nossa organização social primitiva, inconsciente e, em última análise, destrutiva. É esse o fio que costura as relações cada vez mais estreitas entre as revoltas sociais, locais e globais, defensivas e ofensivas, engajadas na luta por questões ou por valores, surgindo em torno do movimento ambientalista. Isso não significa que esteja despontando uma nova comunidade internacional de cidadãos generosos e bem-intencionados. Ainda não. Conforme demonstrado neste volume, novas e antigas distinções de classe, gênero, etnia, religião e territorialidade estão em pleno vigor, dividindo e subdividindo a abordagem de questões, conflitos e projetos. Mas certamente significa que relações embrionárias entre movimentos locais de base popular e mobilizações em torno de um determinado símbolo em defesa da justiça ambiental carregam consigo a marca de projetos alternativos. Tais projetos apontam para a superação dos modelos já esgotados dos movimentos sociais na sociedade industrial pela retomada, dentro das formas historicamente apropriadas, da velha dialética entre dominação e resistência, entre a *Realpolitik* e a utopia, entre o cinismo e a esperança.

Notas

1. Em *Essays by Petra Kelly (1947-1992)* (Kelly, 1994: 39-40). Nesta citação, a autora refere-se ao "verdejar do ser" conceito criado por Joanna Macy. (Macy, 1991).
2. Para uma visão geral do movimento ambientalista, ver (entre outros) Holliman (1990); Gottlieb (1993); Kamieniecki (1993); Shabecoff (1993); Dalton (1994); Alley *et al.* (1995); Diani (1995); Brulle (1996); Wapner (1996).
3. Allen (1987); Scarce (1990); Gottlieb (1993); Shabecoff (1993).
4. Citado em Scarce (1990: 15).
5. Gottlieb (1993); Szasz (1994); Epstein (1995).
6. Epstein (1995: 20).
7. Para consulta a fontes de referência, ver Adler (1979); Spretnak (1982); Manes (1990); Scarce (1990); Davis (1991); Dobson (1991); Epstein (1991); Moog (1995).
8. Naess e Sessions (1984), reproduzido em Davis (1991: 157-8).
9. Davis (1991).
10. Plant (1991: 101).
11. Merchant (1980); ver também Spretnak (1982); Moog (1995).
12. Adler (1979); Epstein (1991).
13. Hunter (1979); Eyerman e Jamison (1989); DeMont (1991); Horton (1991); Ostertag (1991); Melchett (1995); Wapner (1995, 1996).
14. Fundo do Greenpeace para o Meio Ambiente, citado em Eyerman e Janison (1989: 110).
15. Ver, entre numerosas fontes sobre o Partido Verde alemão, Langguth (1984); Hulsberg (1988); Wiesenthal (1993); Scharf (1994); e, particularmente, Poguntke (1993) e Frankland (1995).
16. Kelly (1994: 37).
17. Bramwell (1989, 1994).
18. Gottlieb (1993).
19. Sobre evidências da presença e da importância desses temas no movimento ambientalista de vários países, ver Dickens (1990); Dobson (1990); Scarce (1990); Epstein (1991); Zisk (1992); Coleman e Coleman (1993); Gottlieb (1993); Shabecoff (1993); Bramwell (1994); Porritt (1994); Riechmann e Fernandez Buey (1994); Moog (1995).
20. Bramwell (1994: vii).
21. Lash e Urry (1994: 243).
22. Diamond e Orenstein (1990); McLaughlin (1993).
23. Entrevista em Ostertag (1991: 33).
24. Kelly (1994: 37).
25. Ver Epstein (1991); Horton (1991); Ostertag (1991); Costain e Costain (1992); Gottlieb (1993); Kanagy *et al.* (1994).

26. Bartz (1996).
27. Poguntke (1993); Dalton (1994); Diani (1995); Richardson e Rootes (1995).
28. Richardson e Rootes (1995).
29. Gottlieb (1993: 207-320). Szasz (1994); Epstein (1995); Brulle (1996).
30. Athanasiou (1996); Borja e Castells (1996).

4

O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação

*Se todos os que me imploraram
Ajuda neste mundo,
Todos os sagrados inocentes,
Esposas alquebradas, aleijados,
Prisioneiros, suicidas —
Se todos me tivessem dado um kopeck,
Teria me tornado "mais rica
Do que todo o Egito".....
Eles, porém, não me deram nenhum kopeck,
Mas compartilharam comigo sua força,
E assim nada no mundo
É mais forte do que eu,
E posso suportar tudo, até mesmo isto.*

Anna Akhmatova, Selected Poems¹

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da "outra metade do paraíso", historicamente mantida em submissão.